



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1.978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor WALTER BRATZ, ocorrido no dia 13 do corrente mês, no Distrito 10 de maio, no Município de Toledo, sendo que o mesmo foi um dos pioneiros do oeste paranaense.

Seu passamento causou grande consternação naquela comunidade.

Requer igualmente, que deste ato, dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Egon Pudell.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Itália Cresto, ocorrido na data de hoje.

Outrossim, após aprovação deste requerimento, dê-se ciência do mesmo à família enlutada no endereço à Rua De-

sembargador Westphalen, número 1.513, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER, seja enviado votos de louvor à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, Seção do Paraná, pelo transcurso da Semana de Enfermagem, bem como da III Semana de Enfermagem, e do IV Salão de Criatividade da Escola de Enfermagem Catarina Labouré, que ora se realiza nesta Capital.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de louvor à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, Seção do Paraná, localizada no décimo andar do Hospital de Clínicas, desta Capital, pelos motivos acima expostos.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Sendo o trabalho de enfermagem um dos mais nobres trabalhos que um ser humano pode fazer, tendo em vista que compartilha com seus doentes de todas as horas de alegrias e sofrimentos, além de compartilhar também com seus familiares das mesmas dores de ver um de seus entes queridos no leito de um hospital, eles procuram também não só amenizar o sofrimento e a dor, — mas também procuram transmitir o conforto, a calma, e a paz de espírito, — esquecendo, às vezes, suas próprias dores e amarguras, de às vezes também ter um de seus entes queridos em um outro leito de hospital. Eles mesmo sofrendo, procuram não se esquecer que aquela que está sob sua guarda, deve receber deles a mesma proteção e o mesmo carinho que ele iria dispensar ao seu ente querido. Desta maneira, justo será que esta Casa de Leis envie o seu voto de louvor a esta classe que tão bem sabe desempenhar suas funções, porque ser adepto da enfermagem, é desempenhar uma das mais belas vocações que o ser humano pode ter.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando a Sua Excelência, que se digne determinar os estudos necessários visando a instalação de um Posto de Saúde, em Engenheiro Gutierrez, Município de Irati.

A medida torna-se necessária, tendo em vista a existência, ali, de muitos moradores que se ressentem deste benefício.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Maurício Fruet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretários de Estado da Justiça e da Administração, Diretor do Departamento de Imprensa Oficial do Estado e Presidente da FAMEPAR, sugerindo-lhes seja mandado editar, com a máxima urgência, livre-

to de fácil consulta, contendo o texto da Emenda Constitucional n.º 6, já incorporado à Constituição do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial n.º 298, de sexta-feira, dia 12 do corrente, traz publicada a Emenda Constitucional n.º 6, promulgada pela Mesa dessa Assembléia, em 19 de abril de 1978.

Sabemos que é dever de todo o cidadão conhecer os dispositivos da Carta Magna de seu Estado.

Apesar dos crassos erros vernaculares incorporados aos textos dessa emenda, e considerando que se trata de matéria do mais alto interesse de todas as classes, sua impressão em livreto atual e corrigido virá facilitar sobremaneira o manuseio e consulta.

Por outro lado, a FAMEPAR poderia enriquecer a utilidade dessa pequena obra, incluindo a publicação da Lei Complementar n.º 25, cujas diretrizes são do interesse de todos os municípios paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado dos Recursos Humanos e da Educação e Cultura, solicitando a atenção daquelas Pastas para os problemas decorrentes da fixação de períodos exatos e pré-determinados de 3 (três a 6 (seis) meses, respectivamente, por parte do Chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria da Educação e Cultura, para gozo de licença especial, abrangendo inclusive períodos de férias, em total desacordo com o disposto no parágrafo único do artigo 249 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, conforme se depreende de várias Portarias publicadas no Diário Oficial do Estado n.º 296, de 10 de maio de 1978.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Dispõe o artigo 249 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), em seu parágrafo único:

"Art. 249 — ...

Parágrafo único — Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares".

Ora, a quase totalidade das Portarias publicadas no Diário Oficial de 10 de maio de 1978, que tratam da concessão de licença especial, incluem nos períodos pré-fixados dessas licenças, as férias regulamentares, as quais sem serem gozadas, são aparentemente computadas como parte integrante, em flagrante prejuízo dos funcionários.

Entendemos que o assunto deva ser esclarecido tempestivamente, a fim de se evitar futuras incorreções, dada a falta de orientação sobre o processo que o interessado deva promover para resguardar seus direitos.

Por isso, se impõe a explicitação para que na forma da legislação estatutária vigente, o titular desse direito possa contá-las em dobro ou gozá-las, sem que seja colhido pela perempção fixada em dois anos.

Tratando-se, na maioria dos casos, de Professores, nossa sugestão é no sentido de que sejam as férias acrescidas aos períodos de licença, dando-se cumprimento, assim ao disposto no parágrafo único do art. 249 do Estatuto dos Funcionários Públicos acima transcrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos da sessão de hoje, do artigo "DEUS E A CHUVA", de autoria do Pastor Ayrton Achilles Justus, da Igreja Missionária Central, de Maringá.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

É claro que a incapaz política agrária, financeira e econômica do Governo Central; precisa mudar radicalmente, e encontrar nova metodologia que venha efetivamente promover a elevação do nível social dos brasileiros. A nação está sofrendo por razões nitidamente administrativas. Entretanto, a prolongada estiagem acarretou prejuízos imensos. De modo geral, a falta de chuvas provocou uma dosagem lamentável de problemas sociais.

Os pronunciamentos nesta Casa foram comoventes e veementes, traduzindo a aflição dos paranaenses, sugerindo e requerendo medidas governamentais.

Na realidade, para se combater a seca, só mesmo a CHUVA. E a Chuva veio, mas, GRAÇAS A DEUS — A esperança renasce, o entusiasmo reaparece e a produção agora é possível.

Hoje, principalmente, os paranaenses devem registrar VOTO DE PROFUNDO LOUVOR A DEUS, reverentes pela dádiva celeste.

E a forma mais pragmática, acreditamos que seja através desta Casa Representativa, transcrevendo nos Anais, as Verdades Eternas contidas no artigo citado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para aprovar e enviar pedido à ELETROSUL S/A e COPEL, no sentido de que sejam pagas as devidas indenizações aos proprietários do Município de Laranjeiras do Sul, em especial aos moradores do Distrito de Rio Bonito e aos chacreiros da cidade, tendo em vista a passagem de Rodovia e Rede Elétrica, da cidade de Laranjeiras a Usina de Salto Santiago.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

É líquido e certo o direito a indenização que tem o particular, quando cede sua propriedade para fins de utilidade pública e a justiça resguarda tal interesse, facultando ao desapropriado a discussão do "quantum".

Tem sido rotineiro, nesta Casa, reclamar sobre o preço e o "quantum" das indenizações que tanto a COPEL e ELETROSUL, pretendem pagar aos expropriados.

No caso presente, nem isso acontece, pois muito embora a rodovia já esteja concluída e a rede implantada, nem COPEL nem ELETROSUL, se dispõem a indenizar os proprietários de terras por onde passou a rodovia que se destina tão somente à construção da Usina de Salto Santiago.

A verdade, no entanto, é que humildes chacreiros, tanto nas proximidades da cidade de Laranjeiras do Sul, como no interior daquele município, tiveram suas propriedades grandemente atingidas, algumas até imprestáveis para os fins que se destinavam.

Ora, não se pode conceber, que a título de "trazer progresso e desenvolvimento" exija-se sacrifícios insuportáveis de particulares.

Se já constitui gritante irregularidade pagar pouco, imagine-se o absurdo não pagar nada, simplesmente nada, como infelizmente parece acontecer em Laranjeiras do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

**"EM TORNO DA VII CONFERÊNCIA NACIONAL
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL"**

1. Numa imagem que, a meu ver, parece apropriada, diria que Curitiba, de 7 a 12 de maio fluente, foi a Capital do Estado de Direito, graças à realização da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Aqui estiveram reunidos juristas, advogados, acadêmicos de Direito e até curiosos, debatendo todos os aspectos relacionados com o denominado Estado de Direito, este significando, quanto ao seu conteúdo, como bem cunhou o excelente penalista paranaense ALCIDES MUNHOZ NETO, aquele "que se auto-limite para respeitar as liberdades individuais." Estas são direitas do homem, com valor supra-constitucional, no sentido de obrigar moralmente os legisladores a respeitá-los e de servir como critério decisivo aos juízes, na interpretação e aplicação das normas".

2. No meu modo de entender, esta VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil se constituiu em marco divisório de duas épocas distintas do País. Assim, pode-se dizer que havia um Brasil antes da VII Conferência e que hoje existe outro Brasil.

Antes, os brasileiros que vivem na Nação, ao contrário dos poucos brasileiros que ocupam o Estado, tinham a esperança, e só a esperança, que CALDAS AULETE diz ser "a tendência do espírito para considerar como provável a realização de um bem que se deseja".

Hoje, os brasileiros que ainda vivem na Nação, para desapontamento dos poucos brasileiros que ainda estão apoderados do Estado, têm a certeza, a inabalável certeza que o mesmo CALDAS AULETE define como a "convicção que o espírito tem de que os objetos são tais quais ele os concebe".

Antes, para milhões de brasileiros havia a esperança do estabelecimento do Estado de Direito, enquanto para algumas dezenas de patrícios havia a certeza de que isso não ocorreria.

Hoje, para milhões de brasileiros há a certeza do fim do arbítrio, mas para as mesmas dezenas de outros brasileiros alimentam, resta a vã esperança de manterem o poder pelo Estado de Fato.

Antes, imperava o silêncio, pelo temor; prevalecia a aceitação, pelo medo da participação; ecoavam tímidos aplausos, pela acomodação salvadora da desconfiança; generalizava-se o indiferentismo, pelo receio da vigilância; disseminava-se a abulia, pelo dirigismo fruto do exercício desvairado da autoridade; aumentava o vazio de reivindicações, pelo desalento de saber-se quão tênue e conveniente é a linha que separa os conceitos positivo e negativo de contestação; preponderava o absolutismo gerontocrata, pelo escárnio do liberalismo rejuvenescido; antes, enfim, havia o Estado, mas não existia o cidadão.

Hoje, o silêncio foi substituído pela altissonância de milhões de vozes; a aceitação foi posta de lado, porque a participação é uma exigência nacional; não se ouvem aplausos, trocados pela dignidade de comportamento; feneceu o indiferentismo, para nascer, ou melhor renascer, dentro de cada um, o interesse pelos destinos da própria vida; desapareceu a corrosiva abulia, porque se despertou a consciência da vontade própria e do discernimento pessoal; o vazio de reivindicações está preenchido por uma legenda, na verdade o tudo — democracia; o absolutismo, mais uma vez, perde rapidamente terreno para um liberalismo oxigenado pelo próprio tempo; e ao Estado de Fato deverá suceder, já, o Estado de Direito.

Antes, os brasileiros podiam ser comparados, aos soldados da patrulha da Spandau, na narrativa de Albert Speer que ali cumpriu pena imposta pelo Tribunal de Nuremberg — "cada vez que há uma curva no caminho, ouve-se uma ordem de

"direita" ou "esquerda" — como se homens adultos pudessem, pelo simples ato de vestirem um uniforme, a capacidade de perceberem por si mesmos para que lado a trilha vira".

Hoje, cada brasileiro, contrariando aquelas que acham-no despreparado para tudo, inclusive para ser nacional deste País, sabe exatamente qual o caminho que deve ser seguido, sem que para tanto seja necessário alguém lhe ordenar, mesmo quando há obstáculos à frente.

Antes, éramos cidadãos atribulados a render homenagens, prestar obediência e pagar tributos, ilicitamente retirados de nosso patrimônio de liberdade.

Hoje, a História se reproduz ao ser apresentada, aos nossos: João-~~sem~~-Terra, a exemplo de 15 de junho de 1215, uma nova Magna Carta, datada de 12 de maio de 1978 e assinada pelos advogados brasileiros, na qual se reclama a restauração das liberdades de que sempre gozamos desde a independência.

Senhores: eis o novo Brasil —

Os advogados brasileiros presentes e representados na VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados ao reiterarem sua unidade e coesão, trazem sua palavra ao povo, ao qual pertencem e devem conta de suas preocupações e de sua conduta pública. Armados da palavra e da razão, sentem-se credenciados ainda uma vez dentro da sombra autoritária que envolve o País, a expressar mensagem de esperança e de liberdade, clamando pelo Estado de Direito Democrático.

O Estado Democrático é a única ordem que pode proporcionar as condições indispensáveis à existência do verdadeiro Estado de Direito onde a liberdade — autonomia cede lugar à liberdade, participação que pressupõe princípios pertinentes ao núcleo das decisões políticas e a sua legitimidade institucional. Para isto não basta o voto consentido, pois só ele não constitui a essência da democracia; ao contrário: — É a própria democracia que dá conteúdo de participação ao direito de voto. Expressão de ato político e democrático, a vontade que este representa, exige processo normativo integrado, desde a organização pluripartidária-representativa das várias correntes de opinião pública às garantias da livre manifestação do pensamento incluído o direito de crítica às instituições. As restrições à liberdade somente se tornam legítimas na medida em que visem a preservação do interesse coletivo respeitado o limite infraqueável da dignidade da pessoa.

O controle judicial, por tribunais dotados das garantias da Magistratura, cuidará de remediar qualquer lesão ou ameaça de lesão à liberdade, síntese dos direitos humanos. Os direitos fundamentais não podem sofrer agravo de grupos ou entidades privadas, e, com maior razão, devem ser postos ao abrigo de agressões que decorram das autoridades constituídas, cujo dever primeiro será o de amparar o livre desenvolvimento daqueles direitos. Se o contrário fosse admissível, reconhecer-se-ia o absurdo da subversão da ordem pelos seus próprios agentes. Essas agressões à dignidade da pessoa não se justificam; ainda quando se dissimulam debaixo do pretexto de segurança nacional. No Estado de Direito, a segurança nacional constitui meio de garantir as liberdades públicas. Protege-se o Estado, para que este possa garantir os direitos individuais. A legitimidade da incriminação de atentados à segurança nacional, repousa no princípio de que só pelos meios jurídicos podem ser alteradas as instituições estabelecidas pelo povo, através de representantes livremente escolhidos. Para que a segurança nacional se enquadre no Estado de Direito, garantindo a inviolabilidade dos direitos do homem, o crime só pode ser definido mediante a tipicidade de fatos externos, ofensivos a bens ou interesses jurídicos. O ilícito penal não compreende, a título de ilícito político, restrições a idéias dissidentes do regime, nem no mero exercício de meios para formá-las.

Não haverá Estado de Direito nem segurança nacional democraticamente entendidos, sem a plenitude do "habeas corpus" que assegure a primeira das liberdades e base de todas as outras —

a liberdade jurídica - em regime que consagre a inviolabilidade e a independência dos juízes. O "habeas corpus", cuja substância está na sua inteireza, consagra cinco séculos de nossa herança luso-brasileira, herança jurídica, política e moral, que devemos resguardar e transmitir a outras gerações. No Estado de Direito, as garantias institucionais decorrem da partilha das funções do Estado, entre vários Poderes, de modo que um não amesquinhem nem anule os outros, mas todos se limitem mutuamente, em sistemas de fiscalização e controle recíprocos. A vigência do AI-5 faz reinar no Brasil uma situação de excepcionalidade, a mais longa da história brasileira, tradicionalmente ferida de temporários colapsos da liberdade. Declaramos, todavia, que a simples revogação do AI-5 não restauraria por si só o Estado de Direito, diante da realidade que a vigente Constituição não forma estrutura política-democrática.

Não se negará, dentro do Estado de Direito, a legitimidade de instrumentos que o defendam, ao tempo e na justa medida que defendam a liberdade dos cidadãos.

No caso de grave perturbação da ordem e na eventualidade de guerra externa, dispõe a tradição do direito brasileiro do instituto do estado de sítio, sem que na sua regulamentação se insinue o arbítrio e a irresponsabilidade. A Nação se resguarda pela ação conjunta dos três Poderes e, nunca pela usurpação de um as atribuições dos outros, em velada suspeita de incapacidade destes.

Essa a instância máxima das restrições que possam ser impostas ao exercício dos poderes e aos direitos fundamentais. Se o Governo deve contar com meios pontos e eficazes para debelar situações excepcionais, serão os estritamente necessários e suficientes, respondendo pelos abusos ou excessos que cometer, quer pela via política, administrativa ou judicial.

No Estado de Direito, a defesa das instituições não legitimaria exclusões, ostensivas ou dissimuladas, da efetiva participação política e social do povo. Cumpre, para suprimir obstáculos arbitrariamente criados, rever a legislação trabalhista do País, de nítida inspiração autoritária, ao ponto de alguns de seus dispositivos violarem a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Sem liberdade sindical, não pode existir um verdadeiro e autêntico direito coletivo de trabalho, que encontra nos sindicatos seus sujeitos de direito e seus agentes dinâmicos. Sem liberdade sindical não há democracia possível, não há Estado de Direito. Só o Estado de Direito reconhece os conflitos, legitima-os e os supera. Os direitos políticos, longe de obstar os seus direitos sociais, constituem a única via pacífica para a sua obtenção e seu exercício. Direitos Sociais e Direitos Políticos são o conteúdo do Estado de Direito, que, por ser um Estado ético, repele a idéia da injustiça, situada nas desigualdades decorrentes da excessiva riqueza de uns, da extrema miséria da maioria. Uma política fiscal justa e eficiente há de atenuar esta situação, e, ao tempo em que se volte contra a desigualdade, estará isenta de arbítrio, com a criação de tributos, seu aumento e discriminação por atos que atendam ao consentimento popular e às normas constitucionais.

Para sua honra, os advogados debatem e estudam a realidade nacional, com inteligência, o equilíbrio e senso de responsabilidade que historicamente lhes reconhecem os brasileiros.

Identificam no autoritarismo o principal desvio ao livre desenvolvimento da vida jurídica, política e social do País. Situam na liberdade de participação a maior preocupação dos seus estudos, participação cuja amplitude exige a pacificação nacional, que lance o esquecimento sobre os ódios do passado. A anistia, embora não leve por si só, ao Estado de Direito, será passo necessário ao seu aperfeiçoamento. Sabe a Nação que o Estado de Direito, clamor da consciência jurídica do País, não é reivindicação exclusiva de classes ou grupos, mas, constitui o necessário pacto de conveniência de todos. As promes-

as governamentais, para que atendam aos reclamos da opinião pública, devem converter-se em ação, com brevidade, em favor da paz e da concórdia dos brasileiros.

Curitiba, 12 de maio de 1978.

Esta declaração é a fronteira onde se inicia o novo Brasil. Cabe àqueles que estão aquém desta fronteira, apressar-se com vistas a alcançá-la. E no menor tempo. Do contrário, chegarão tarde demais. Afinal, este é um País que vai p'rá frente. E o que é pior para esses retardatários, que ainda não despertaram para os novos dias - ninguém segura este País".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, consulto a liderança da Arena sobre se deseja ocupar o espaço que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Havendo declinado, consulto a Liderança do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI", de Paraisópolis do Norte, com sede e foro na cidade de Paraisópolis do Norte. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", de Terra Rica, com sede e foro na cidade de Terra Rica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/78, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro na cidade de Centenário do Sul. Com Substitutivo Geral. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Bratz, ocorrido no Distrito de 10 de Maio, Município de Toledo. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Itália Cresto. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella e outros, constante do expediente de sessão anterior solicitando a constituição de uma Comissão Especial destinada a apurar junto à referida empresa, fatos apontados contra a COPEL por proprietários de terras localizadas nos Municípios de Cruz Machado, Bituruna e Pinhão. - **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Pediria a V. Ex.ª que procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deferido. (É procedida a verificação). (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo que se digno determinar estudos visando a instalação de um Posto de Saúde em Engenheiro Gutierrez, Município de Irati. — Em discussão. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Justiça e da Administração, e outras autoridades, sugerindo-lhes seja mandado editar, com a máxima urgência, livreto de fácil consulta, contendo o texto da Emenda Constitucional n.º 06, já incorporado à Constituição do Paraná. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, do artigo "Deus e a Chuva", de autoria do Pastor Ayrton Achilles Justus, da Igreja Missionária Central de Maringá. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à ELETROSUL e COPEL, no sentido de que sejam pagas as devidas indenizações aos proprietários do Município de Laranjeiras do Sul, em especial os moradores do Distrito de Rio Bonito, e aos chacreiros da cidade, tendo em vista a passagem de Rodovia e Rede Elétrica, da cidade de Laranjeiras à Usina de Salto Santiago. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Associação Brasileira de Enfermagem - Seção do Paraná, pelo transcurso da Semana de Enfermagem, bem como da III Semana de Enfermagem e do IV Salão de Criatividade da Escola de Enfermagem Catarina Labouré, que se realiza nesta Capital. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a remessa de ofício ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre se já determinou à Pasta competente estudos visando a redação de projeto de lei, estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários dos Recursos Humanos e Educação e Cultura, encarecendo observância daquelas Pastas na fixação por parte do Chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria da Educação e Cultura, de períodos exatos e pré-determinados de três ou seis meses, respectivamente, para gozo de licença especial que vem abrangendo inclusive períodos de férias. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 135 e 59/77.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 288/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 914, de 14 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de CARMEN

APARECIDA FREGONEZE, matrícula n.º 098, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 06 de fevereiro de 1973 e 06 de agosto de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias de 1972, 1974 e 1975, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 289/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2665, de 31 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula n.º 181, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 290/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2824, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 193, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de 02 (dois) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar.

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de 06 (seis) meses, correspondente a licença especial relativa ao 3.º (terceiro) quinquênio, compreendido entre 07 de julho de 1972 e 07 de agosto de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao seu 2.º (segundo) quinquênio e das férias de 1972 (15 dias), 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 291/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2555, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150,

da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EMERENTINO DA CRUZ PACCA, matrícula n.º 496, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias, relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 292/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3418, de 20 abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de FRANCISCO DRANKA, matrícula n.º 066, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 1.º de janeiro de 1978, data que, em razão da contagem supra, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 293/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3420, de 20 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OLENI FERREIRA LIMA, matrícula n.º 379, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 294/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2678, de 03 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, ao acervo de serviço público de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n.º 161, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado

do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 1.º de maio de 1963 e igual data de 1973;

II — mandar incorporar, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 1.º de maio de 1973 e 1.º de novembro de 1976,, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 1.º decênio e da férias relativas aos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III — retificar, em consequência da incorporação referente ao seu primeiro decênio, o Decreto Legislativo n.º 319/77, para declarar que o acréscimo quinquenal concedido pelo mesmo, é a partir de 1.º de setembro de 1975, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 295/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2727, de 03 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSVALDO FARIA, matrícula n.º 345, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 296/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2566, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 297/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2559, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar, nos termos do Art. 196, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a ANNIBAL DUMONT, matrícula n.º 1127, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont, as quotas de salários correspondente a suas filhas TATIANA DUMONT, a partir de 15 de

junho de 1976 e à TELMA ADRIANA DUMONT, a partir de 09 de julho de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 298/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2428, de 27 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JOSÉ ROSA FILHO, matrícula n.º 340, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 27 de abril de 1978, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 299/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2809, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de HAROLDO NASCIMENTO, matrícula n.º 160, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio compreendido entre 01 de maio de 1973 a 01 de março de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias de 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 189/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

retificar a Portaria n.º 709/77, de 26 de setembro de 1977, da funcionária ISAURA BRAVOS, matrícula n.º 471, para declarar que as férias transferidas para época oportuna, refere-se a Portaria n.º 662/77 e não como consta daquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 190/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4211, de 08 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula n.º 200, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 05 de junho de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 191/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria n.º 477/77, de 01 de junho de 1977, que concedeu ao funcionário JOÃO CRUZ, matrícula n.º 209, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 06 de junho de 1978, por já haverem sido contadas em dobro pelo Decreto Legislativo n.º 99/77, de 17 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral